



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA

**RITA DE CÁSSIA RODRIGUES DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA VISÃO A CERCA DA PRÁTICA DE  
ENSINO NA ESCOLA ANTONIO BENVINDO, GUARABIRA - PB**

Guarabira - PB  
2012

**RITA DE CÁSSIA RODRIGUES DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA VISÃO A CERCA DA PRÁTICA DE  
ENSINO NA ESCOLA PROFº. ANTONIO BENVINDO, GUARABIRA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Campus de Guarabira, cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Ms. Flávio Carreiro de Santana

Guarabira - PB  
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

S237e Santos, Rita de Cássia Rodrigues dos

Educação de jovens e adultos: uma visão a cerca da  
prática de ensino na Escola Antonio Benvindo, Guarabira  
– PB / Rita de Cásia Rodrigues dos Santos / Rita de  
Cássia Rodrigues dos Santos. – Guarabira: UEPB, 2012.

10f.:il.;Color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
História) – Universidade Estadual da Paraíba.

**RITA DE CÁSSIA RODRIGUES DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA VISÃO A CERCA DA PRÁTICA DE  
ENSINO NA ESCOLA PROF. ANTONIO BENVINDO, GUARABIRA - PB**

Banca Examinadora



Prof. MSc. Flávio Carreiro de Santana

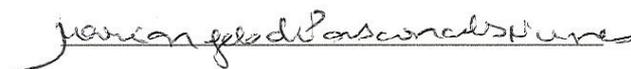
Departamento de História – Campus III – UEPB

(Orientador)



Prof. Ms. Luciana Calissi

Departamento de História – Campus III – UEPB



Prof. Dr.ª. Mariângela Nunes Vasconcelos

Departamento de História – Campus III - UEPB

Aprovada em 05/12/12

## DEDICATÓRIA

A Joab Ítalo, pelo apoio, orientação, paciência  
e os mais sinceros gestos de amor.

Dedico.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que está frente da minha história, com sua infinita misericórdia.

A minha mãe, pelo exemplo de força e bondade.

Aos meus familiares, pelo apoio, compreensão, companheirismo e carinho.

Ao meu amado Joab Ítalo, por toda dedicação e amor a me concedido.

Aos meus amigos da UEPB, que construíram e compartilharam comigo esta etapa de minha vida, em especial Yuriana Robrigues.

Ao meu orientador Prof. Ms. Flávio Carreiro de Santana pela boa vontade que me dedicou neste trabalho.

A todos meus sinceros agradecimentos.

*“A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e formando”.*

**Nóvoa**

**SANTOS, R.C.R. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA VISÃO A CERCA DA PRÁTICA DE ENSINO NA ESCOLA PROFº. ANTONIO BENVINDO, GUARABIRA - PB**(Monografia, LicenciaturaPlena em História– UEPB) 2012, 49 p.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Ms. Flávio Carreiro de Santana

Profª. Ms. Luciana Calissi

Profº. Drª. Mariângela Nunes Vasconcelos

**RESUMO**

O presente trabalho faz parte do cumprimento das exigências do Estágio Supervisionado Obrigatório. O mesmo vem complementar significativamente o curso de licenciatura, no objetivo de firmar uma experiência necessária ao desenvolvimento e direcionamento à prática pedagógica, como também, uma compreensão maior dos espaços escolares como lugares de construção de saberes. Este trabalho aborda também algumas reflexões necessárias sobre a Educação de Jovens e Adultos, possibilitando uma análise do contexto histórico político/social estabelecidos no mesmo, assim como as propostas inseridas nesta modalidade de ensino. Dessa forma, EJA como modalidade de ensino visa atender e suprir as necessidades de uma demanda diferenciada, estabelecidas em leis, atuando em diversas regiões, no intuito de diminuir o quadro de analfabetismo no país, configurando-se como um veículo fundamental de apropriação e construção do saber, no qual se busca valorizar de forma significativa o direito ao ensino a jovens e adultos em suas diferentes realidades. Configuram-se neste trabalho algumas perspectivas referentes ao ensino de História, junto às novas tendências curriculares multiculturais, que perpassam e interagem com o sistema educacional em geral, uma vez que, se vê a emergência constante de novos conceitos e práticas pedagógicas para atender aos perfis dos sujeitos construídos atualmente. É a partir dessas perspectivas de nova sociedade que se apresenta tão múltipla em cultura, etnia, linguagens, preferências sexuais e outras diversidades, que a educação escolar e, especificamente o Ensino de História, tem-se constituído enquanto desafio curricular. Nesse contexto discutimos o processo de formação e atuação docentes frente aos diversificados espaços escolares hoje, sobretudo, as relações existentes entre o ambiente acadêmico e as práticas de ensino. De modo geral o presente trabalho objetivou-se em analisar a partir das experiências do Estágio Supervisionado Obrigatório, em particular, a prática do Ensino de História, a formação profissional docente e as particularidades que compõem a modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos.

**Palavras-chave:** Estágio, ensino, EJA

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> -TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO AS CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS 2010.....	19
---	----

## **LISTA DE SIGLAS**

**CES-** Câmara da Educação Superior

**CNE-** Conselho Nacional de Educação

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico

**LDB** - Leis de Diretrizes e Bases da Educação

**PCN-** Parâmetros Curriculares Nacionais

**SINTEP-PB** -Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA.....</b>	<b>15</b>
2.1 Eja- Um Breve Olhar sobre sua História .....	15
2.2 - Objetivos da Educação de Jovens e Adultos .....	17
2.3 Novas Perspectivas na Prática de Ensino e Formação Docente. ....	19
<b>3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO- 2º SEMESTRE.....</b>	<b>23</b>
3.1-Atividades Desenvolvidas nas Regências .....	23
3.2- Do Espaço Escolar .....	24
3.3 - Da Relação Com o Professor Regente .....	27
3.4 - Da Relação Com a Turma/Alunos .....	28
3.5- Da Organização das Aulas .....	29
3.6-Da Organização e Efetivação das Aulas .....	30
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>39</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>47</b>

## 1- INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado Obrigatório concretiza-se a partir da aproximação dos discentes dos cursos de Licenciatura com as escolas e as realidades cotidianas que envolvem a prática de ensino, tendo em vista a necessidade de uma experiência prática, onde se aplicará parte dos fundamentos aprendidos ao longo dos períodos anteriores, ou seja, o estágio é o momento de aliar o conhecimento teórico à prática de ensino.

A realização do Estágio Supervisionado Obrigatório II organizou-se no 2º semestre de 2012. O mesmo desenvolveu-se na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Antônio Benvindo, na cidade de Guarabira –PB, na Rua Napoleão Laureano, nº 576, no Bairro Novo, onde aconteceu o planejamento e efetivação das regências realizadas no período de 26 de Setembro á 08de Novembro de 2012,em uma turma de 1º ano, turno noite, do ensino médio- EJA. O estágio foi orientado pelo professor supervisor da UEPB, Flávio Carreiro de Santana.

O Estágio Supervisionado Obrigatório II teve como objetivo aplicar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas estudadas e discutidos na Instituição, bem como confrontá-los com a prática pedagógica, buscando firmar uma prática que seja significativa, sobretudo, ao que se refere à experiência docente.

Este trabalho é composto da descrição das experiências vivenciadas a partir da efetivação das regências em sala de aula. Dessa forma, encontra-se sistematizado da seguinte maneira. Em primeiro momento será apresentado um breve histórico da EJA, como também, serão discutidas algumas propostas estabelecidas nesta modalidade de ensino. Abordaremos questões surgidas em sala de aula na UEPB referentes à prática docente, considerando os aspectos teórico-metodológicos. Em seguida, serão apresentados dados sobre o desenvolvimento do estágio, tais como: o contato escolar, estrutura escolar, relação com o professor regente, alunos, planejamento, efetivação das aulas, reflexão sobre a prática docente, entre outros.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais de tudo que foi exposto e as referências que compuseram as ações do decorrer do estágio e apoio para elaboração deste relatório.

O Estágio Supervisionado Obrigatório também faz parte do cumprimento das exigências contida nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para os cursos de

licenciatura, como parte integrante na formação profissional da educação, que possibilita aos mesmos a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço, embasado pelas normas estabelecidas na Lei nº 12.014/2009, que prever as especificidades do exercício e modalidades dos profissionais da educação.

Sobre os elementos que compõem a obrigatoriedade do estágio supervisionado, o art. 82 disposto na LDB toma por base a Lei nº 11.788/2008, onde “Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria”. Sendo assim, as Instituições de Ensino Superior deverão incluir no projeto pedagógico o estágio supervisionado como componente curricular obrigatório. (BRASIL, 1996).

De acordo com o Parecer 109/2002 do Conselho Nacional de Educação e Câmara da Educação Superior (CNE/CES) o estágio curricular supervisionado de ensino prever em serviço de 400 horas a ser realizado desde o início do curso, onde ao final do mesmo, o estagiário assumirá mediada supervisão, experiência docente e aproximação com o sistema de educação escolar.

Seguindo os parâmetros da Lei nº 11.788/2008 compreendidos no estágio de estudantes, dispõe que estágio para além do projeto pedagógico do curso proporciona ao licenciado as competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, buscando o desenvolvimento do educando para vida cidadã e para o trabalho. Sendo assim, a prática do estágio possibilita o aprimoramento, diversificação e desenvolvimento de habilidades e atitudes concretas ao exercício docente, como também uma visão ampla da área educacional, buscando uma preparação maior no campo de trabalho, considerando as observâncias na realidade social educacional.

Dessa forma, assim como a universidade, comporta sua função no exercício da formação do profissional da educação, a escola, como espaço de atuação neste processo, estabelece uma importante etapa na formação do mesmo. Tendo em vista que, tal espaço propõe uma vivência à realidade do sistema escolar e um momento de integração da teoria com a prática.

Neste sentido, partimos do pressuposto de que ação e pesquisa devem trilhar um mesmo caminho, trabalhadas em conjunto, indissociáveis, se assim quisermos de fato uma mudança nos espaços escolares, como nos propõe PICONEZ (2002, p.11) “(...) não é verdadeira a pesquisa sem o mergulho na ação e não se consegue diagnosticar intervenções de aperfeiçoamento sem a presença da pesquisa”, ou seja, o processo de mudança na prática de ensino realiza-se a partir das reflexões estabelecidas de forma concreta da ação/pesquisa.

Em geral, o Estágio Supervisionado Obrigatório vem complementar o curso de licenciatura, firmado no objetivo de suscitar nova formação docente, assim como, estabelecer novas discussões e saberes na prática de ensino, sabendo-se que o espaço educacional é indissociável na construção do saber, um processo que se é contínuo, necessitando está vinculado e atento às diversas realidades sociais contidas na educação. Neste intuito, a experiência dos discentes como futuros professores, busca para além das dificuldades encontradas e vivenciadas nas escolas, uma experiência necessária ao desenvolvimento e direcionamento à prática pedagógica, como também, uma compreensão maior dos espaços escolares como lugares de construção de saberes. Saberes estes, que se realize de forma justa e significativa.

## 2-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

### 2.1 EJA- UM BREVE OLHAR SOBRE SUA HISTÓRIA

A história da educação brasileira, como também, a alfabetização de jovens e adultos configuraram-se a partir de uma trajetória longa de luta, persistência e transformação, com seus primórdios no Brasil Colônia, em 1549, com o trabalho de catequização jesuíta no ensino das primeiras letras (COLARES,2007). A economia e tecnologia com o tempo ganharam mais espaços, exigindo cada vez mais mão de obra diferenciada, alfabetizada e qualificada. Juntoàs mudanças ocorridas no cenário histórico brasileiro, foram adotadas algumas medidas políticas e pedagógicas que envolviam as várias modalidades de ensino até então.

Sendo assim, pautado por campanhas e movimentos desenvolvidos pelo Estado nas últimas décadas, o ensino alfabetizado de adultos envolveuoutras organizações, com propostas de eliminação do analfabetismo e formação de mão-de-obra, em curto prazo de tempo.

Diante os movimentos que se articularam na trajetória da alfabetização de jovens e adultos, abordaremos especificamente os programas que compuseram o cenário educacional finais da década de 60, tais como: Fundação Mobral (1968-1985), Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - Fundação Educar (1986 -1990), Programa Brasil Alfabetizado e Ações de continuidade da EJA (2003 - atual).

Para responder as necessidades do Estado autoritário, durante a ditadura militar é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Fundação Mobral,segundo a importância que este movimento trouxe para o país Costa (2009) cita:

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) se caracterizou como principal ação do Governo Federal na área de alfabetização de adultos a partir dos anos 1970. Foi criado em 1968, mas foi durante a década de 70 que ganhou espaço e converteu-se no maior movimento de alfabetização já existente no país. (COSTA, 2009, P. 17).

Este programa tinha como intuito erradicar o analfabetismo, focalizados no ato de ler e escrever. No entanto, o Mobral não oferecendo uma formação mais abrangente, limitou-se a alfabetizar de maneira funcional, visando instrumentalizar o cidadão, características do Brasil em tempos ditatoriais, uma vez que a proposta de educação era toda baseada aos interesses

políticos vigentes na época.(GADOTTI, 2001). Sendo assim, Ivanilda Paiva (1988) citada por Costa (2009), traça o perfil que compôs a atuação em dez anos do Mobral conseguindo apenas uma solução de 7% da taxa de analfabetismo no país.

Neste contexto da década de 60, no campo educacional, uma figura se destaca: Paulo Freire. O mesmo defendia e promovia uma educação de adultos que estimulasse à participação, a responsabilidade social e política. Dessa forma, o pensamento pedagógico de Paulo Freire, junto como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspirou os diversos programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país neste período e, nos anos que seguem compreendidas por grupos populares com seus representantes estudantis católicos e intelectuais engajados numa ação política.

A partir de então, os trabalhos de educação popular, sobretudo, da alfabetização, foram inspirados em sua grande maioria nas ideias de Paulo Freire, conhecidas como Pedagogia da Libertação ou Pedagogia dos Oprimidos.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBREAL foi extinto em 1985, outro cenário se estabelecia. Surgiu então a Fundação Educar, que desempenhou um papel relevante na atuação do Ministério da Educação junto a Prefeituras municipais e organizacionais da sociedade civil, com destaque nos movimentos sociais e populares. Entretanto, podemos dizer que somente com a instalação da Democracia na década de 80, definiu-se uma nova concepção de educação de jovens e Adultos a partir da Constituição Federal de 1988, estabelecendo assim uma nova Ordem Social direcionando ao Estado e, também a família, a responsabilidade do desenvolvimento e garantia de acesso e qualidade de vida em vários setores.

No que se refere à garantia a educação, o inciso primeiro do art. 208 da Constituição Federal define que o Estado deverá mediar tal garantia a partir de: “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988). Neste contexto, a educação, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Contudo iniciamos a década de 90 com uma política educacional pouco favorável a este setor, uma vez que, embasados no artigo que definiu a educação como “direito de todos”, os programas apresentados pós 1988, não conseguiram atender a demanda populacional. Nota-se uma ausência do Governo como articulador e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

Somente com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN nº 9394/96, promulgou-se a primeira referência sobre a EJA no Título III, artigos 4º, trazendo um significativo ganho à educação de adultos, institucionalizando esta modalidade de ensino:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996).

A partir de então, nota-se uma reorganização curricular. São construídas Diretrizes Curriculares visando uma apropriação da política educacional para adultos e jovens trabalhadores. Havendo uma necessidade de investimentos pedagógicos nesta modalidade de ensino, em 2003, o governo federal instituiu através do Ministério da Educação, o Programa Brasil Alfabetizado - PBA, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, juntamente com as Ações de continuidade da EJA, que visam execução das políticas públicas destinadas à alfabetização e à continuidade de estudos, configurando os dias atuais.

## 2.2 - OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade de ensino vivenciada nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública brasileira como também, algumas instituições particulares que recebem os jovens e adultos que não completaram o ensino fundamental em idade apropriada por diversos motivos, entre eles jovens trabalhadores. Tais preceitos são organizados a partir da LDB, estabelecidos no parágrafo 1º do art. 37:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996).

Nota-se que ao passar do tempo, a formação da educação de jovens e adultos, alterou-se com a necessidade de um contínuo desenvolvimento de capacidades e habilidades, que visam um conceito de educação ao longo de toda uma vida, iniciada com a alfabetização, mas preocupados também, em se formar cidadãos pleno no exercício de cidadania e qualificados para o mercado de trabalho.

Sendo assim, observados então alguns pontos do histórico-educacional, em 2001, foi aprovada a Lei nº 10.172, que constitui o Plano Nacional de Educação (PNE), com algumas considerações importantes ao que se refere à educação de Jovens e Adultos. Seguindo os indicativos da Constituição Federal, o PNE tem como objetivo a integração de ações do poder público que conduzem à erradicação do analfabetismo, a partir da mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

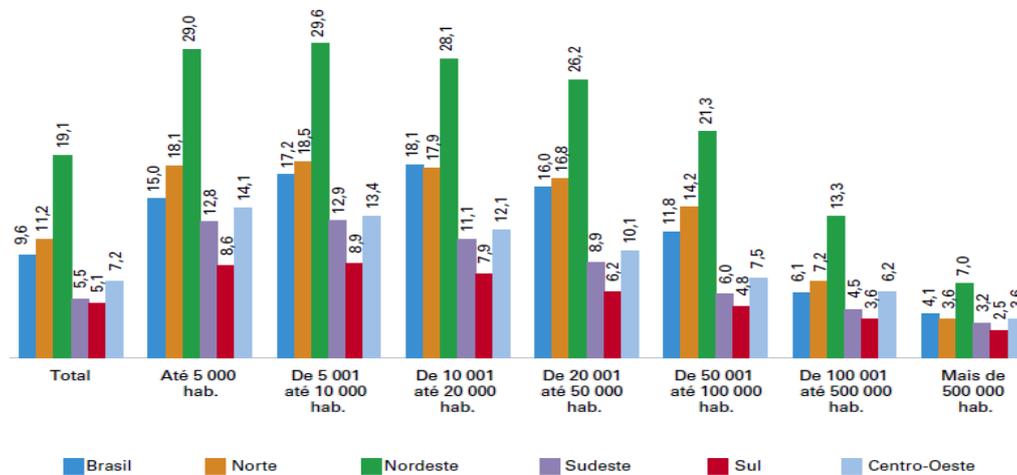
Sabemos que o analfabetismo é uma das formas de exclusão sociais mais severas hoje, desafios que configuram diversos países que buscam erradicá-lo, já que a alfabetização em contrapartida conduz a uma boa ferramenta de combate a pobreza, desigualdades, exclusão, entre tantos outros pontos entrelaçados entre si.

No Brasil não é diferente, percebemos que na história da educação houve várias movimentações com o objetivo de construir uma sociedade informada, qualificada e letrada, mesmo com seus impasses. Contudo, observamos que o analfabetismo ainda é um dos pontos a serem solucionados em nosso país.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil apresenta uma elevada taxa de analfabetismo, correspondente hoje a 9,6% da população de 15 anos ou mais de idade analfabeta, correspondente a 13.933.173 pessoas que não sabem ler ou escrever, sendo que 39,2% deste contingente são formados por pessoas de 60 anos ou mais de idade. Tais dados estão associados também, a sua localização territorial, uma vez que, as desigualdades espaciais refletem diretamente nas diversas áreas sociais. (IBGE, 2010).

É de se destacar que a Região Nordeste neste caso, apresenta um elevado resultado de analfabetismo. Como mostra o (gráfico 1):

**Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo as classes de tamanho da população dos municípios 2010.**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Em relação ao analfabetismo de jovens, o quadro da Região Nordeste se apresenta bem preocupante, uma vez que, mais de ½ milhão (502.124) de pessoas de 15 a 24 anos de idade declararam que não sabiam ler e escrever. (IBGE, 2010). Ressaltando também que, na pesquisa realizada pelo IBGE, nota-se que os municípios que se configuram com taxas elevadas de analfabetos não apresentaram nenhuma modalidade de ensino da EJA.

A EJA, como modalidade de ensino visa atender e suprir as necessidades de uma demanda, estabelecidas em leis, atuando em diversas regiões, no intuito de eficazmente diminuir este quadro de analfabetismo no país, configurando-se assim no cenário educacional brasileiro como um veículo fundamental de apropriação e construção do saber, no qual se busca valorizar de forma significativa o direito ao ensino a jovens e adultos em suas diferentes realidades.

### 2.3 NOVAS PERSPECTIVAS NA PRÁTICA DE ENSINO E FORMAÇÃO DOCENTE.

Considerando as várias perspectivas debatidas em sala de aula, posicionando-nos a uma análise do cenário contemporâneo, tais questionamentos perpassam e interagem com o sistema educacional em geral, uma vez que, se vê a emergência constante de novos conceitos e práticas pedagógicas para atender aos perfis dos sujeitos construídos atualmente, resultado de uma nova sociedade que se emerge, consolidada no que Silva (2002), denomina como Pós-modernidade.

Esse pós-modernismo discutido pelo autor possibilita-nos refletir a própria ideia de educação, tendo em vista as concepções de sujeitos modernos fundamentados na razão e racionalidade proposto pela então modernidade, que por vezes, reproduzem-se em sistemas de controle e opressão, arraigados na educação a partir de currículos formados em concepções modernas. Sendo assim, o pós-modernismo privilegia a mistura, o hibridismo e a mestiçagem de culturas e modos de vida, formado por uma sociedade descentrada, múltipla e fragmentada.

É a partir dessas perspectivas de nova sociedade que se apresenta tão múltipla em cultura, etnia, linguagens, preferências sexuais e outras diversidades, que a educação escolar e, especificamente o Ensino de História, juntamente com os Estudos Culturais, tem-se constituído enquanto desafio curricular. Nota-se a emergência de currículos multiculturais para uma sociedade que se é plural e desigual, que atenda a necessidade de estabelecer novas discussões e objetos de estudo, que por sua vez, a passos lentos estão sendo incorporados no conhecimento da educação, a falar da inclusão dessa Pluralidade Cultural nos temas transversais contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Contudo, de acordo como as perspectivas apontadas por Lopes e Macedo (2002, p.181): “Os sentidos diversos do multiculturalismo precisam ser analisados, de forma que práticas curriculares que se pretendem multiculturais não acabem por perpetuar a construção das diferenças e dos preconceitos que tanto desejam combater”, ou seja, para além da inclusão curricular multicultural necessita principalmente, observar as formas que os mesmos estão sendo aplicados em sala de aula.

Tais mudanças e discussões acerca da formação curricular do ensino de história acompanham também, as transformações que a historiografia vem vivenciando desde início do século XX, sendo estes discutidos em largo espaço nas universidades. Novos mecanismos e olhares de apreensão da História, resquícios adquiridos com a escola dos Annales, na medida em que se ampliou o conceito de fonte histórica, diminuindo assim as barreiras entre presente e passado. Imagens, filmes, músicas, crônicas, obras de arte, memória oral, o cotidiano, entre tantas possibilidades de atuar, conhecer e problematizar a História, contribuindo assim, para o desenvolvimento de novas formas de apreensão e construção de saberes. (ABUD, 2007).

Configurando o cenário apresentado acima, constituinte hoje da formação e inclusão dos currículos multiculturais, faz-se necessário perceber as nuances que envolvem tais mudanças e, de que forma os espaços escolares e a prática de ensino estão apreendendo e/ou acompanhando esse processo de ressignificação do sistema educacional, sobretudo, ao que se refere ao ensino de história.

Atribuído o compromisso de rever as práticas de ensino associando-as aos novos modelos curriculares, Selbach (2010), no livro *Historia e Didática*, lança o desafio de estabelecermos frente a esse novo contexto, uma didática que atue junto à história, desenvolvendo competências e habilidades que conduza a construção de um aprendizado significativo, a partir das ações e formação docente em sala de aula.

Este conjunto didático envolvem práticas que requer um olhar amplo e perspicaz do espaço escolar, que se interligam na preparação e efetivação das aulas, sejam elas ações ditas “simples” como recursos materiais, espaço, métodos a serem utilizados á planejamentos, escolhas de conteúdos, discussões e aprofundamentos dos mesmos.

A prática de ensino de história necessita da utilização de ferramentas que potencializem a partir das realidades dos alunos o interesse e a construção de saberes significativos, críticos, contínuos e partícipes da História.

Todavia, a apreensão desse processo de mudanças na prática de ensino estabelece de formas diferenciadas e, muitas vezes, lentas. Frente às discussões realizadas sobre as ferramentas e metodologias das novas práticas de ensino de história, incluindo de forma concreta a utilização de novos ou não materiais didáticos, Abud (2007), problematiza alguns aspectos relevantes que subsistem à apropriação e mecanismos trabalhados com livro didático.

O livro didático é quase que o único material de apoio que o professor encontra á sua disposição e, por isso, apoia nele a parte central do seu trabalho – planeja as aulas seguindo a disposição dos conteúdos, utiliza os textos em sala de aula, monta com eles um material próprio e deles retira as questões da avaliação. (ABUD, 2007, P 115).

Na medida em que as realidades educacionais assumem-se em meio aos processos de mudanças e ressignificação dos seus espaços, o corpo pedagógico educacional, muitas vezes, não acompanha mesmo processo, pressupostos que compõem a formação e preparação dos professores de história hoje frente a estas realidades.

Segundo Fonseca (2003), a formação docente se constrói a partir das experiências iniciais vivenciadas na academia, espaço onde os saberes históricos e pedagógicos são mobilizados, problematizados e sistematizados, traduzindo assim como um importante momento de construção de identidade pessoal e profissional.

Contudo, observados tal importância na formação profissional docente estabelecida no âmbito acadêmico, incluindo também, as discussões, teorias e práticas do ensino, nota-se ainda um distanciamento entre os saberes e práticas apreendidos nas universidades e aqueles ensinados e vivenciados nas escolas, percebendo as particularidades que norteiam a

organização dos programas de formação de professores de história, suscitando assim, muitas vezes, a valorização da pesquisa, distanciando-se do exercício da prática pedagógica no ensino.

Este cenário se constituiu historicamente, a partir dos esforços dos pesquisadores buscando definir a natureza dos conhecimentos profissionais que servem de base ao magistério. Todavia, essas concepções produziram ao longo do tempo, diferentes relações entre a formação e o trabalho do professor, provocando certos distanciamentos entre saberes acadêmico e saberes escolares, uma vez que, a concepção tradicional da relação entre teoria e prática apresenta a construção do saber fora da prática e, sua relação com a prática, realizar-se-á, somente através da aplicação. (TARDIF, 2010).

Opondo-se a essas concepções tradicionais entre teoria e prática, sobretudo, analisando os novos direcionamentos na produção de saberes sobre o ensino compartilhado e produzidos pelos professores, Tardif (2010), nos indica:

(...) a produção de saberes sobre o ensino não pode ser mais privilégio exclusivo dos pesquisadores, os quais devem reconhecer que os professores também possuem saberes, saberes esses que são diferentes dos conhecimentos universitários e obedecem a outros condicionamentos práticos e outras lógicas de ação. (TARDIF, 2010, P. 238)

Sendo assim, tais pressupostos propõem novas formas de pesquisas universitárias, considerando a colaboração dos professores, uma vez que, vê-se uma supervalorização da pesquisa, que se configuram em benefícios dos próprios pesquisadores universitários e, disciplinas que reproduzem um saber separadamente da realidade do trabalho docente.

Ao se tratar da formação docente presenciamos as dicotomias existentes em sua formação, considerando que as teorias ensinadas no âmbito da sociologia, filosofia, psicologia, pedagógica, etc., apresentam-se muitas vezes, sem nenhuma relação com o ensino e realidades do ofício do professor, concebidos por outros docentes que não vivenciam os espaços escolares e pedagógicos.

Apresentamos até então, as particularidades que envolvem hoje a formação docente e, sobretudo, as relações estabelecidas no âmbito acadêmico como espaços que possam desenvolver novas concepções práticas pedagógicas. No entanto, é importante ressaltar que o espaço escolar, também atua como local fundamental de confronto entre os saberes acadêmico e saberes discentes, que por sua vez, fomentam a formação da consciência histórica dos cidadãos, formação esta que se articula a partir das relações de saberes, práticas, discursos, grupos e trabalhos cotidianos, onde neste cenário o professor de história, especificamente,

estabelece um conjunto de mecanismos e saberes que possibilitam a socialização desses conhecimentos nos limites da instituição escolar. (FONSECA, 2003)

Portanto, a prática pedagógica, assim como, o professor de história inserido neste contexto, tem a função de formar cidadãos conscientes de sua participação do mundo, construídos a partir das relações um com os outros, necessitando do empenho de docentes capazes de apreender as diversas particularidades existentes nas práticas do ensino, configuradas em suas realidades no processo de formação do profissional docente, bem como nos apresenta Chauru (1987) citado por Fonseca(2003):

(...) ensinar não é uma profissão que se exerça algumas horas por semana: é uma forma de partilhar o saber, um modo de relação com os outros. Quanto á história, é um certo olhar sobre um mundo e um método de conhecimento. A prática do ensino da história não se isola.Há para um professor mil outras maneiras de apreender e de alargar a sua formação. (Chauru et al. 1987,p. 319)

### **3-ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO- 2º SEMESTRE**

Inicialmente o Estágio Supervisionado Obrigatório II, do curso de Licenciatura Plena em História, teve como objetivo trazer junto aos alunos graduandos algumas questões teórico-metodológicas acerca da prática docente, que foram discutidos e problematizados em sala de aula, com o intuito de apreender tais fundamentos e, posteriormente, confortá-los com a prática pedagógica propriamente dita que o Estágio Supervisionado Obrigatório possibilita, buscando firmar assim uma prática que seja significativa.

Dessa forma, foram estabelecidos encontros semanais com o professor supervisor do Estágio Flávio Carreiro de Santana, que mediou tais discussões e planejamento do estágio em si. A partir desses encontros fomos orientados sobre as particularidades que o estágio possui desde o direcionamento as escolas concedentes ao processo conclusivo do estágio.

#### **3.1-ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS REGÊNCIAS**

Neste momento, a princípio foram realizados encontros e discussões em termos procedimentais junto ao professor supervisor da UEPB, Flávio Carreiro de Santana, para

melhor direcionamento do Estágio, havendo assim, a distribuição dos discentes nas instituições escolares públicas da cidade de Guarabira – PB, determinando a localidade e período a serem realizadas as regências em sala de aula.

Devido às dificuldades encontradas em estabelecer espaços escolares públicos suficientes para o Estágio, os discentes foram distribuídos em duplas, em cada turma, onde desenvolveram juntas as regências, levando em consideração o número de aulas e professores de história disponíveis para o cumprimento exigido do Estágio, como também a melhor disponibilidade dos discentes em cumprimento do mesmo.

Sendo assim, este momento do Estágio Supervisionado Obrigatório II foi realizado em dupla pelas alunas Rita de Cássia Rodrigues dos Santos e Yuriana Rodrigues Lima, no período de 26/09/11 à 08/11/11, no qual trataremos relatar a seguir algumas disposições acerca do desenvolvimento e experiências vividas durante o Estágio Supervisionado no cotidiano escolar.

### 3.2- DO ESPAÇO ESCOLAR

A realização do Estágio Supervisionado Obrigatório II desenvolveu-se na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Antônio Benvindo, na cidade de Guarabira – PB, mas precisamente na Rua Napoleão Laureano, s/n, no Bairro Novo.(Ver Apêndice).

A Instituição escolar está situada em uma boa área da cidade, que atende os jovens das cidades de Guarabira, Cuitegí e Pilõezinhos como também o distrito de Piripiri, Sítio Contendas e Itamataí. No período diurno escolar, funciona o Ensino Fundamental menor e, no período da noite, a EJA.

Sobre as disposições estruturais/físicas, a escola compõe-se da seguinte forma: possui sete salas de aula, nas quais seis, funcionam no período diurno e cinco funcionam à noite, completa sua estrutura uma cantina, um auditório, uma sala de vídeo, uma sala de professores, uma secretaria e dois banheiros. Foi observada a ausência de espaço que devem se configurar no ambiente escolar tais como: biblioteca, área verde, quadra de esporte, área de recreação e sala de informática.

<b>TABELA 1</b>	
<b>Disposições estruturais</b>	
Salas de aula	07 (06 funcionam no período diurno e 05 funcionam no período noturno)
Cantina	01
Auditório	01
Sala de Vídeo	01
Sala de professores	01
Banheiros	02
Secretaria	01
Área de recreação	Ausente
Biblioteca	Ausente
Quadra de esporte	Ausente
Sala de informática	Ausente
Área verde	Ausente

**Fonte: Elaborada pela autora, 2012.**

Dos serviços administrativos e pedagógicos oferecidos na Instituição a escola dispõe: um diretor, um secretário, trinta e dois professores, um supervisor da Eja, um coordenador do Mais Educação, uma merendeira, quatro vigias e cinco serventes. Como mostra a tabela a seguir:

<b>TABELA - 2</b>	
<b>Serviços administrativos e pedagógicos</b>	
Diretor	01
Secretário	01
Professores	32
Supervisor da EJA	01
Coordenador do Mais Educação	02
Merendeiras	03
Vigias	04
Serventes de limpeza	05

**Fonte: Elaborada pela autora, 2012.**

Dos recursos materiais oferecidos, a escola dispõe de: uma- Tv, três- DVDs, dois- Aparelhos de som, três- Computadores, um- Data-show.

Segundo o representante do setor administrativo, a articulação da escola com os pais dos alunos é realizada a partir das reuniões. Contudo, infelizmente presença dos pais nestas reuniões apresenta-se com baixa frequência. A instituição tem parcerias com a UEPB e UFPB, a partir de programas como o PIBID e Estágios.

A escola tem como projetos vivenciados na instituiçãoo Mais Educação, Saberes da Infância e Diversidade Religiosa e Cultural. Atribuídos de forma diversificada considerando o perfil do alunado e o calendário escolar proposto dos mesmos.

A Instituição apresenta um quadro geral de 368 alunos matriculados. Destes 204 compõe o período diurno e 164 no período da noite, distribuídos em 251 do sexo feminino e 117 do sexo masculino.

### 3.3 - DA RELAÇÃO COM O PROFESSOR REGENTE

A realização do Estágio esteve sob a organização do professor supervisor da UEPB, Flávio Carreiro de Santana, mas também sob orientação e apoio do professor regente da instituição escolar, Francisco Isídio da Silva.

O professor regente, Francisco Isídio da Silva (Ver apêndice), reside na cidade de Guarabira, tem 52 anos. Sua formação acadêmica foi realizada na Universidade Estadual da Paraíba, concluída em 1986, no curso de Licenciatura Plena em História e Ciências Jurídicas. Exerce a função de docente há 25 anos, onde maior parte foi realizada na cidade de Borborema. Há dois anos assumiu as turmas da EJA na cidade de Guarabira. Além da profissão como docente, o mesmo advoga há bastante tempo.

Em seus relatos, o professor regente nos confiou alguns depoimentos acerca da prática docente a partir de suas experiências nesta área. Foram mencionadas as dificuldades existentes nela, em todos os aspectos que lhe cabe. A realidade do Ensino, o perfil do alunado hoje, a má condição física do ambiente, a falta de material didático, o descaso das políticas públicas em relação ao ensino, o “jogo de cintura” que o professor precisa saber/ter para significar o estudo, entre tantas outras coisas. Contudo, apesar de tais considerações mencionadas anteriormente, o mesmo professor relatou-nos a satisfação quando o aprendizado é realizado de forma concreta e eficaz, principalmente em particular, ao perfil do alunado da EJA e o contexto que o mesmo está inserido.

Antes da efetivação das regências tivemos um primeiro contato com o professor regente, no qual foi nos passado às informações básicas da turma e horários a serem cumpridos, como também foram discutidos os conteúdos programáticos trabalhados em sala de aula para melhor atuação na mesma.

Durante todo o período do Estágio o professor regente Francisco Isídio da Silva se fez presente em grande parte das aulas ministradas por nós estagiárias, dando-nos o apoio quando necessário, e sem nenhuma interferência que pudesse prejudicar nossa atuação em sala de aula, complementando a efetivação das nossas atividades realizadas com os alunos.

Apesar da liberdade que tivemos em relação à metodologia a ser utilizada concedida pelo professor regente, o mesmo, por alguns momentos, nos orientou acerca de algumas atividades propostas a serem trabalhadas em sala de aula, considerando a experiência e conhecimento que possuía da turma em que atuamos, sobretudo, observados os perfis do alunado da instituição neste turno, que será apresentado mais adiante.

De modo geral, a relação que tivemos com o professor regente foi estabelecida de forma bastante válida e proveitosa, uma vez que, durante todo o período do estágio, houve uma boa receptividade, comunicação e apoio em ambas as partes.

### 3.4 - DA RELAÇÃO COM A TURMA/ALUNOS

Estágio desenvolveu-se em uma turma do Ensino Médio- EJA, mas especificamente na turma do 1º ano D, do turno noite, da instituição escolar já mencionada no presente relatório (Ver apêndice). A turma era composta na média por 25 alunos, em uma faixa etária de 17 a mais de 40 anos.

Este é um perfil estabelecido na Instituição do alunado do turno noite, sendo de jovens trabalhadores, principalmente atuando na área comercial local, com idade diferenciada para o nível escolar, e que por algum motivo não puderam continuar seus estudos em outro momento.

Ao se tratar da receptividade estabelecida entre estagiárias e alunos, podemos dizer que foi realizado e concretizado da melhor forma possível, sem nenhum problema maior durante todo o período do estágio.

Foi observado durante a efetivação da regência, na sala atuante, que os alunos frente às atividades e conteúdos apresentados tiveram uma boa participação e comunicação durante o processo das mesmas. Todavia, devemos ressaltar alguns pontos necessários, onde ao se tratar de um alunado diferenciado, as propostas de aulas devem acompanhar a realidade que lhe cabe, se assim quisermos construir um aprendizado significativo.

Outra questão considerada a ser discutida é a evasão existente. Durante as aulas há uma indisciplina no cumprimento dos horários por parte dos alunos, uma vez que no decorrer de todas as aulas ao seu término, os alunos chegavam aos poucos, o que muitas vezes interrompia as aulas, atitudes observadas em outras turmas. Pelos relatos do professor regente, o número de alunos matriculados não coincide com os alunos presenciais em aula. Embora, foi bastante notável o empenho e dedicação de alguns que se faziam presentes em sala de aula.

É certo que obtivemos algumas dificuldades de início, já que o ambiente em si era novo, mas no decorrer das aulas a interação foi bem maior, onde tentamos nos aproximar do cotidiano a partir de questionamentos e brincadeiras.

Os resultados obtidos em sala de aula durante a efetivação das regências se processaram a partir das próprias limitações escolares e dos alunos, pontos que serão mais aprofundados neste relatório.

### 3.5- DA ORGANIZAÇÃO DAS AULAS

Conforme nos foi orientado pelo professor supervisor da UEPB, juntamente com o professor regente, o período de estágio teve início no dia 26 de Setembro e terminou no dia 08 de Novembro de 2012, iniciadas às 19h00min e término às 19h30min, distribuídas nas quintas-feiras, no 1º horário. No total foram propostas setesemanas a serem trabalhadas na turma do 1º ano D, do turno noite, da instituição mencionada.

Após encontro e discussão com o professor regente, ficou estabelecidas as temáticas a serem apresentadas na turma. Seguimos o programa disciplinar em vigência, que o professor regente utiliza, ressaltando que o programa utilizado pelo mesmo foi disponibilizado pela Secretaria de Educação da cidade, onde o próprio professor teve a iniciativa de procurar tais dados, já que a instituição escolar na qual atua não promoveu nenhuma ação que possibilitasse a atuação e direcionamento proposto pelo programa pedagógico da EJA.

Consideramos também que a turma na qual atuamos disponibilizava de um resumido livro didático, que nem mesmo os alunos reconheciam como tal, pois em condições reais não contribuía de forma efetiva no desenvolvimento do programa, questões que trataremos adiante.

Assim sendo, com base nas particularidades acima citadas, nos foram passadas as seguintes temáticas, e que tinha por eixo central “História- Ciências Humanas e suas tecnologias”, e que se subentendiam as seguintes intitulações: Das origens à República Agrícola: 1- Em busca das origens, 2- Nossos ancestrais remotos, 3- Entre a natureza e a cultura. Diante dos conteúdos propostos tivemos a preocupação de sempre atender a realidade dos alunos durante as aulas ministradas. Feita as escolhas dos conteúdos passamos para os estudos dos mesmos para uma melhor elaboração das aulas e atividades realizadas com os alunos da instituição escolar.

Contudo, como já mencionado antes, a instituição escolar disponibilizava um resumo de livro didático, que não atendia as necessidades do perfil do aluno como referência de estudo e programa pedagógico ao nível de ensino em que atuamos o que nos faz refletir sobre os objetivos e metas estabelecidas na Lei no 10.172/2001, que compõe o Plano Nacional da Educação, percebendo então as dificuldades existentes em se cumprir os objetivos das mesmas. E, mais ainda, pensar como os professores hoje se prepararam ou estão lidando com tamanhas especificidades contidas em tais ambientes escolares.

Dessa forma, tivemos como pesquisas alguns livros didáticos de propriedade pessoal, além de outras fontes de pesquisa para melhor planejamento e efetivação das aulas.

É sabido que durante toda a História da humanidade, sociedades e grupos são construídos e reconstruídos a partir do contato entre si, processos esses que acontecem muitas vezes pela força, poder, dominação e controle um sobre outro.

Sabemos também, que a sociedade em que vivemos é resultado desse processo. Uma sociedade plural, formada por elementos de várias culturas estabelecidas ao longo de muitos anos com o contato com diferentes povos.

Mas, até chegar a esse resultado, que se é contínuo, contido na formação das sociedades, nos embasamos do conhecimento dito científico para concretizar e fomentar teorias e discussões acerca de nossas origens, formação, transformações, permanências, relações de poder, contidas em forma geral na formação da mesma e, estudos da História.

Neste intuito, dada à importância e estudo dos conteúdos propostos tentamos elaborar as aulas com o objetivo de possibilitar aos alunos um maior domínio, percepção e problemática acerca das colocações postas sejam elas teóricas, políticas, econômicas, sociais, artísticas e culturais que se referem aos conteúdos apresentados.

### 3.6-DA ORGANIZAÇÃO E EFETIVAÇÃO DAS AULAS

Tivemos como fonte de pesquisa alguns livros didáticos de propriedade pessoal, sites, imagens, que complementaram os estudos e preparação das aulas.

Trataremos de relatar a seguir cada semana efetivada, apresentando os dias que estivemos presentes na instituição, os déficits de aulas, as aulas que foram efetivas, temáticas abordadas, os objetivos da aula, metodologia usada, as atividades propostas, contida no

planejamento dos planos de aula, como também, os resultados obtidos pela mesma. (Em apêndice),

Na primeira semana, do dia 26 de setembro de 2012, foi realizada a primeira visita a instituição escolar que nos coube como local do estágio, com o objetivo de estabelecermos uma observação do mesmo e um contato com o corpo administrativo da escola. Contudo, neste mesmo dia, a escola estava a realizar a abertura de um projeto, que teve como tema “Direitos Humanos, Diversidade religiosa e Cultural”, no qual as maiores partes dos alunos, juntamente com os professores da escola, como também pais de alunos, estavam presentes em determinado espaço da instituição que sempre utilizam para eventos.

Nesta abertura estavam também presentes como convidados, representando as ordens religiosas, o Pastor Cláudio, da Igreja Presbiteriana e, o Bispo da Diocese de Guarabira, Dom Assis Dantas de Lucena. Os mesmos apresentaram suas visões de forma suscita acerca da temática do projeto e, em seguida, estiveram disponíveis para questionamentos surgidos entre alunos, professores e convidados lá presentes. Neste dia não foi possível à presença de um representante da cultura africana, mas este encontro ocorreu em outro momento do projeto junto aos alunos.

Este projeto foi trabalhado com todo alunado da instituição, sendo a parte Diversidade Cultural e Direitos Humanos, organizados com as turmas diurnas e, a Cultura Africana e Afro-brasileira com as turmas noturna, onde foram supervisionadas e guiadas por professores direcionados as suas disciplinas.

A disciplina de História que nos cabe, tentou abordar a seguinte temática: “Leis abolicionistas e Sistemas de Cotas”, onde já mencionado antes, teve como apoio nas discussões, a presença do professor da UEPB, Waldecir Ferreira de Chagas, que compartilhou com os alunos seu conhecimento sobre as temáticas sugeridas e outros questionamentos que envolvia o projeto de modo geral.

Com todas essas particularidades, não foi possível à concretização do nosso objetivo deste dia, já que a escola estava envolvida neste projeto.

Na segunda semana do estágio, do dia 04 de outubro de 2012, não conseguimos aplicar nossos objetivos, nem mesmo tivemos a oportunidade de lá está presentes, tendo em vista que na instituição não houve funcionamento devido ao período eleitoral, já que a escola foi utilizada como zona eleitoral. Ficando combinado com o professor regente, nosso primeiro encontro no decorrer da outra semana.

No dia 10 de outubro de 2012, foi realizado o primeiro contato com o professor regente, Francisco Isídio da Silva, que nos apresentou a programa disciplinar que o mesmo

seguia na efetivação de suas aulas, material utilizado, temáticas, propostas, dias e horários a se cumprir o estágio. Também foi posto o perfil do alunado, orientações e, termos referentes de modo geral sobre os mesmos. O professor também nos relatou de forma simples e objetiva suas experiências na atuação, como professor desta instituição, nos alertando das nuances da prática docente hoje. Contudo, sempre nos indicando as realidades da instituição e, que como docentes deveremos nos ater as tais observações.

A quarta semana, do dia 18 de outubro de 2012, foi realizado o primeiro contato com a turma, na qual nos apresentamos informando aos alunos o intuito de estarmos presentes naquela instituição, no que se refere aos objetivos do Estágio Supervisionado, em seguida deu-se início a aula.

Paralelo às temáticas propostas no programa disciplinar dado pelo professor regente tentamos estabelecer da melhor forma possível um entendimento maior dos conteúdos. Tendo em vista as dificuldades que tivemos a princípio em compreender o objetivo da indicação inicial do assunto proposto, por não ter um direcionamento objetivo do mesmo, chegamos à comum acordo junto ao professor regente, sobre o que seria abordado nesta primeira aula.

Sendo assim, a aula teve como tema abordado: “A importância da agricultura na organização da vida e forma de poder”. O objetivo do tema abordado a princípio foi estabelecer um conhecimento prévio daquilo que os alunos tinham como base alimentar, nossos alimentos, como nos alimentamos, introduzindo a agricultura como parte fundamental no desenvolvimento humano, considerando a partir daí as relações estabelecidas nessas práticas que estão inseridas na nossa formação social, práticas estas presentes durante muito tempo na humanidade, observadas neste momento a partir das civilizações antigas, sobretudo, as relações de poderes.

Dessa forma o planejamento da aula foi realizado a partir de pesquisas em livros didáticos, como também, em sites que contribuíssem na atividade de conclusão da aula, utilizando-se de uma charge e um texto complementar, no intuito de concretizarmos os objetivos específicos e gerais acima citados. (Ver apêndice)

Como mencionado, iniciamos a aula fazendo alguns questionamentos aos alunos sobre sua alimentação, como eles costumam se alimentar, quais preferências alimentares, no intuito de se familiarizar com os mesmos para então adentrarmos ao assunto proposto. Nesta relação pudemos extrair deles algumas semelhanças de alimentos, o que induziu concluir que os mesmos, estariam presentes em nossa base alimentar. Mas de onde retiramos esses alimentos? Feito tal questionamento chegamos ao ponto inicial de nossa aula: a agricultura como fonte de subsistência humana.

A partir de então, expomos aos alunos uma breve contextualização do surgimento da agricultura, buscando sempre entre um intervalo e outro levantar questões para refletirmos a importância que a agricultura possui para a nossa sociedade desde os tempos primórdios e as capacidades que nós seres humanos temos em criar, desenvolver e buscar formas de sobrevivência.

Partindo desses pressupostos, utilizamos o quadro negro para estabelecer algumas relações existentes e surgidas a partir da prática da agricultura, encaminhando a aula para o segundo momento planejado. Dessa forma, colocamos em um círculo no centro do quadro negro a palavra: agricultura e, iniciamos a partir da participação dos alunos, mediados por nós estagiárias, estabelecer as relações existentes nesta prática. Então os mesmos indicaram alguns pontos, tais como: novas civilizações (aldeias, cidades), subsídio de sobrevivência, aprimoramento das ferramentas e técnicas, organização de trabalho, base econômica, organização social e, por fim, concentrações de posse (relações de poder).

Neste último tópico, nos aprofundamos questionando-os de que forma se estabelecia essas relações de poderes. Diante disso, apresentamos algumas práticas observadas em certos grupos sociais organizados através das poses de terras, percebendo que tais sujeitos se apropriaram desses meios para tomar decisões de mando, como também passaram a agir como protetores, dentro e fora dos centros urbanos, tornando-se depois chefes políticos e reis. Observando então, que em algumas civilizações antigas, os primeiros governantes se assumiam como os donos de terras, ou seja, possuir as terras era sinônimo de poder, era um ponto para se escolher o representante político, embora muitas vezes, utilizando-se de abuso do mesmo.

Como atividade de conclusão da aula, a pedido do professor regente, considerando o ambiente em que estávamos vivenciando ainda, o período eleitoral, direcionou-nos a trabalhar algum ponto relacionado à política. Sendo assim, propomos estabelecer uma breve reflexão acerca dos nossos representantes políticos, a partir de alguns questionamentos, análise de uma charge e texto complementar (EM ANEXO).

Para tanto, foi questionado com a turma: se no início de formação de muitas sociedades antigas as relações de posses de terras estavam ligadas as escolhas de seus representantes políticos, como atualmente nós escolhemos nossos representantes políticos? Será que tais práticas ainda se assemelham com algumas sociedades citadas em aula? Após as análises da charge, texto e discussão dos mesmos a aula foi concluída. O resultado da atividade mostrou que a turma conseguiu de modo geral atingir aos objetivos propostos, com bom desempenho, participação e apreensão do conteúdo estudado.

Como podemos observar no relato acima a metodologia utilizada nesta aula foi realizada a partir da exposição do assunto por meio do diálogo e questionamentos feitos aos alunos, como também da utilização do quadro negro, charge e texto como suporte na concretização da atividade proposta.

Na quinta semana, do dia 25 de outubro de 2012, a aula não pode ser efetivada, pois na instituição escolar não houve funcionamento, devido à paralização intitulada como Dia do Veto. Uma manifestação promovida pelo Sintep-Pb (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba), que atua a partir de um calendário estabelecido pela categoria organizando manifestações regionais/estaduais e paralizações, no intuito de, sendo esta, uma unidade representativa em várias regiões do Estado que envolve trabalhadores na área da educação, obter uma melhoria nas condições de trabalho e vida da categoria, como também, por uma educação qualificada eficaz na sociedade. Sendo assim, não foi possível nossa atuação neste dia.

No 01 de novembro de 2012, nesta aula tivemos como temática: “Em busca de nossas origens, nossos ancestrais remotos”. O objetivo desta aula, a princípio, foi contextualizar o período histórico estudado, indicando as teorias sobre a origem humana, sobretudo, analisando a evolução do homem, considerando então algumas questões pertinentes à temática que envolve alguns mitos raciais.

Sendo assim, o planejamento desta aula foi realizado a partir de pesquisas em livros didáticos, sites que contribuíram na preparação dos slides utilizados, com imagens e texto complementar que foi distribuído entre os poucos alunos em aula, atendendo os objetivos propostos. A metodologia utilizada para esta aula se efetivou a partir de slides, de forma expositiva e dialogada com os alunos. Utilizamos também imagens e textos para complementar a conclusão da aula.

Em primeiro momento, tentamos contextualizar brevemente a temática em determinado período histórico, atentando as especificidades em que foi construída e elaborada tal periodização, formulada por uma visão europeia dos acontecimentos, presente em muitos livros didáticos. Em seguida, apresentamos as duas explicações estabelecidas sobre origem do ser humano, de embasamentos religiosos e científicos.

1- Teoria Criacionista, onde foi exposto seu conceito e fundamentos, logo em seguida tivemos a leitura de um trecho, fundamentado na Bíblia de Jerusalém e, depois uma análise de um quadro de Michelangelo, que posteriormente foi socializado junto com os alunos a partir de alguns questionamentos acerca dos mesmos.

2-Teoria do Evolucionismo foi exposto seu conceito e fundamentos, analisando as críticas que tal teoria sofreu por se tratar de algo inovador na época e, desconstruindo a ideia errônea e mal interpretada da teoria evolucionista.

A partir de tais considerações adentramos em observar os vestígios de nossas origens, considerando alguns pontos importantes, tais como: no continente africano surgiram nossos primeiros ancestrais, os deslocamentos para outras regiões do mundo, nossa família biológica: homínida.

Apresentamos de forma sucinta um quadro que exemplifica a evolução do homem, sobretudo, nos atemos a focar na ideia de que todos nós seres humanos pertencemos a uma única espécie humana. Que nossa cor, pele, estatura, cabelo são apenas diferenças físicas e não diferenças em espécie, discursos muitas vezes utilizados de forma preconceituosa.

Neste intuito, apresentamos como atividade de conclusão da aula um texto intitulado: “Somos todos iguais” (EM ANEXO), que nos apresenta dados científicos acerca da espécie humana, desconstruindo a ideias de alguns mitos raciais. Em seguida, socializamos junto com os alunos, que partilharam conosco suas opiniões. Podemos concluir que de fato conseguimos bons resultados na aula, considerando a participação e atenção dos alunos.

No dia 08 de novembro de 2012, tivemos como temática na aula: “Entre a Natureza e a Cultura”. O objetivo desta aula foi refletir sobre as capacidades e habilidades em construir, planejar, agir e refletir que nós seres humanos possuímos, que nos difere dos outros seres vivos, percebendo também as mais diversas produções culturais em diferentes povos e regiões, atentando principalmente, as particularidades que envolvem nossa cultura regional e local. Neste intuito, o planejamento desta aula, realizou-se com pesquisas em livros didáticos, sites que possibilitaram na organização da atividade de conclusão da aula, a partir de imagens. A metodologia utilizada nesta aula concretizou a partir da exposição do assunto, questionamentos aos alunos. Utilização do quadro negro para exposição do cartaz, imagens e discussões sobre a temática, sobretudo, considerando o local.

Sendo assim, iniciamos a aula questionando os alunos a perceberem as nossas capacidades e habilidades, que nos diferencia dos outros seres humanos. Expomos aos mesmos que, ao longo da História da Humanidade, nos construímos a partir de nossas vivências, relacionamentos e comunicação junto a sociedade e, que cada sociedade se apresenta de forma diferenciada ao se tratar dos temas mencionados acima, composto naquilo que podemos chamar de bens materiais e bens não materiais.

Com tais questionamentos tínhamos o intuito de levar os alunos a pensarem a definição do termo cultura. Assim, questionamos: que critérios utilizamos para definir uma

pessoa com cultura? O que seria então cultura? Neste sentido, cultura seria um conjunto de tudo aquilo que o ser humano produz, seja material ou não. Que expresse sentimentos, ideias, ações compartilhadas em determinado grupo social.

Dessa forma, propomos uma atividade na sala de aula, onde foi colocado no quadro negro um cartaz com as seguintes denominações: bens materiais e bens não materiais. Logo em seguida foi entregue a cada aluno figuras diversas que se encaixavam em alguma denominação do cartaz. O objetivo era analisar a percepção dos alunos em reconhecer em nossas produções culturais aquilo que identificamos com bens materiais e não materiais. Os resultados foram positivos, onde os alunos puderam concretizar a partir da atividade tudo aquilo que foi exposto em sala de aula.

Depois de finalizada a atividade abriu espaço para mais uma reflexão acerca do termo cultura e suas relações na sociedade. Observamos que a construção de uma determinada cultura não se estabelece isoladamente e que a mesma varia ao longo do tempo e nos diferentes lugares, de formas também diferentes.

Partindo desses pressupostos, como atividade de conclusão, tentamos finalizar a aula com algumas discussões, identificando as características culturais, a partir da participação dos alunos, como brasileiros, nordestinos e, por fim, como guarabirenses. Percebendo como determinadas práticas culturais envolvem outros setores da nossa sociedade.

Por conseguirmos aproximar o assunto apresentado à realidade dos alunos, eles demonstraram bastante desempenho, familiaridade e espontaneidade ao exporem suas opiniões e experiências vivenciadas no meio em que vivem e, sobretudo, as percepções levantadas acerca da produção cultural em sua região. Dessa forma, acreditamos atingir os objetivos propostos na aula, tendo em vista a participação e relatos compartilhados em sala pelos alunos.

Ao final desta aula, agradecemos ao professor regente pela receptividade, apoio e orientação; aos alunos também, que nos acolheram de forma atenciosa e respeitosa, que complementou nosso estágio, admirando a atitude dos mesmos em persistir na conclusão ensino, considerando os perfis e realidades de cada um.

#### 4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante as atribuições apresentadas neste trabalho, em cumprimento da disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório II foi possível tecer algumas considerações dos estudos e organização que lhe coube.

O Estágio Supervisionado Obrigatório fazendo parte do programa pedagógico dos cursos de licenciaturas, estabelecidos em leis, compõem a formação do profissional da educação, com o objetivo de promover uma aproximação entre a prática e a teoria, a partir do contato escolar. Neste sentido, a escola se apresenta como um espaço partícipe da formação do docente e, por que não dizer que a escola neste momento, também atua como um importante campo de pesquisa, uma integração entre o curso de licenciatura e a escola. Afinal, as experiências adquiridas nos estágios têm como objetivo refletir sobre os espaços e práticas escolares, no intuito de estabelecermos novos olhares críticos e diversificados do ensino.

Diante disso, podemos observar que é neste contato com o ambiente escolar junto aos alunos, as salas de aulas, professores e práticas de ensino que os discentes se percebem como futuros professores, enfrentando assim, pela primeira vez, os desafios e as particularidades que envolvem o espaço escolar, considerando também que, a própria presença dos discentes nas escolas, articula-se por vezes em meios às dificuldades por ser este ainda, um processo novo âmbito escolar. Um grande desafio na licenciatura, formar professores capazes de lidar com tais contextos e especificidades nada fáceis, considerando a atuação das políticas públicas atuais, no que se refere ao espaço educacional.

A se tratar da EJA vimos que sua trajetória na educação se configurou em meio ao contexto histórico sócio-político do nosso país até a atualidade, buscando a princípio solucionar as elevadas taxas de analfabetismo no Brasil. No entanto, convém pensarmos de que forma a EJA, como modalidade de ensino, que visa atender e suprir as necessidades de uma demanda, estabelecidas em leis, vem atuando no intuito de eficazmente diminuir este quadro de analfabetismo no país, uma vez que, a mesma tem-se configurado no quadro educacional do nosso país.

Sendo assim, devemos considerar também, as especificidades que lhe cabe, não estando alheia ao difícil cenário da educação de modo geral. Não diferentemente do ensino regular, devemos está atentos às propostas legislativas e curriculares da EJA, referentes à formação e preparação docente, material didático apropriado aos jovens e adultos, condições

estruturais adequadas, entre tantos outros pontos e, sobretudo, o empenho e participação das políticas públicas, para que assim possamos de fato nos apropriar de uma educação justa e solidária.

Para além dos objetivos concretos em diminuir o analfabetismo em nosso país, a Educação de Jovens e Adultos deve também, se configurar nas novas necessidades que compõe o cenário multicultural na educação, no intuito de construir novos saberes, uma nova visão de mundo nas quais se compreendam como partícipe do mesmo. Seria esta então a finalidade da prática pedagógica de ensino, construir uma educação e sujeitos críticos/reflexivos frente à realidade em que se encontram.

O ensino de História, neste sentido atua como parte fundamental neste processo que se é contínuo, vivenciados e construídos a partir das relações cotidianas, estabelecidas nos espaços escolares, firmadas no processo de formação do profissional docente.

## REFERÊNCIAS

ABUD, KÁTIA M. **A História nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula.** In: MONTEIRO, Ana Maria F.C; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de História; sujeitos, saberes e práticas.**Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. p. 107-117.

BRASIL. **Constituição (1988).** Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> acesso em 11 nov. 2012.

\_\_\_\_\_,**Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>Acesso em 23 nov. 2012.

\_\_\_\_\_,**Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.**Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>Acesso em 23 nov. 2012.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 12.014 de 6 de agosto de 2009.** Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> Acesso em 23 nov. 2012.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.**Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> Acesso em 23 nov. 2012.

COLARES, Anselmo Alencar. **Educação Brasileira Contemporânea: Limites e possibilidades.** In: COLARES, Maria LiliaSousa (org). Encontro marcado em Educação. Campinas, São Paulo: Alinea,2007. Cap. 1, p. 11-27.

COSTA, Renato Pontes;TAMAROZZI, Edna..**Educação de Jovens e Adultos.** 2 ed. Curitiba: IESDE. Brasil AS, 2009.

FONCESCA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados.** 12 ed.Campinas: Papyrus, 2003. - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2001.

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores\\_sociais\\_municipais.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais.pdf)Acesso em 25/11/12

LOPES, Alice Cassimiro; MACEDO, Elizabeth (orgs). **Currículo: Debates Contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 2002.

PARAÍBA, Sintep-Pb. O **Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba.** Disponível em: <<http://www.sintep.pb.com.br>>. Acesso em 24 nov. 2012.

PARECER CNE/CES 109/2002. **Despacho do Ministro em 9/5/2002, publicado no Diário Oficial da União de 13/5/2002, Seção 1, p. 21.** Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> Acesso em novembro 2012.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. **Educação escolar de jovens e adultos.** 6 ed. Campinas, SP: Papyrus,2002.-(Col. Papyrus Educação).

SELBACH, Simone. **História e Didática.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.(Col. Como Bem Ensinar).

SILVA, Tomas Tadeu da.**Documentos de Identidades: uma introdução às teorias do currículo.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 156 p.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

**APÊNDICE**





**PLANOS DE AULA**

<b>IV Semana- 18-11-12</b>	
<b>CONTEÚDOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A importância da agricultura na organização da vida e forma de poder</li> </ul>
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprender o conhecimento prévio dos alunos tem sobre base alimentar</li> <li>• Contextualizar do surgimento da agricultura</li> <li>• Apontar as relações de poderes nas formações dos grupos sociais a partir da agricultura.</li> <li>• Socializar discussões através de debates</li> </ul>
<b>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender a importância da agricultura na formação social</li> <li>• Discutir a participação dos sujeitos na construção política na sociedade</li> <li>• Estimular o censo crítico</li> </ul>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aula expositiva e dialogada</li> <li>• Leitura e compreensão de imagens</li> <li>• Questionamento e reflexões</li> <li>• Utilização do quadro negro</li> </ul>
<b>ATIVIDADE PROPOSTA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de uma charge e um fragmento de um texto.</li> </ul>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EJA 7º ano – Volume 2 – 2ª ed. – São Paulo- IBEP, 2009.- (Coleção tempo de aprender)</li> <li>• Charge e Texto complementar- O Analfabeto Político de Bertolt Brecht: <a href="http://historiaeatualidade.blogspot.com.br/2010/03/falando-sobre-politica-impunidade-e.html">http://historiaeatualidade.blogspot.com.br/2010/03/falando-sobre-politica-impunidade-e.html</a>.</li> </ul>

<b>VI Semana- 01-11-12</b>	
<b>CONTEÚDOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em busca de nossas origens, nossos ancestrais remotos.</li> </ul>
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contextualizar o período histórico estudado, indicando as teorias sobre a origem humana.</li> <li>• Apresentar a evolução do homem</li> <li>• Socializar discussões através de debates</li> </ul>
<b>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discutir as diferentes teorias da origem humana e os vestígios de nossa origem.</li> <li>• Identificar os mitos raciais.</li> <li>• Debater sobre os preconceitos existentes.</li> </ul>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aula expositiva e dialogada</li> <li>• Apresentação em slides</li> <li>• Questionamento e reflexões</li> </ul>
<b>ATIVIDADE PROPOSTA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura de um texto complementar: “Somos todos iguais”</li> <li>• Questionamentos e reflexões sobre preconceito.</li> </ul>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AZEVEDO, Gislane Campos. SERIACOPI, Reinaldo. História em movimento: ensino médio. São Paulo: Ática, 2010.</li> <li>• COTRIM, Gilberto. História Geral- Brasil e Geral- Volume único. São Paulo. Saraiva, 2005.</li> <li>• FIGUEIRA, Divalte Garcia. &amp; VARGAS, João Tristan. Para entender a história, 6 ano. São Paulo: Saraiva. 2009</li> </ul>

<b>VII Semana- 08-11-12</b>	
<b>CONTEÚDOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entre a Natureza e a Cultura.</li> </ul>
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre as capacidades e habilidades humanas.</li> <li>• Conceituar o termo Cultura.</li> <li>• Socializar discussões através de debates</li> </ul>
<b>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distinguir os componentes bens materiais e não materiais na sociedade</li> <li>• Identificar os elementos da cultura regional e local</li> <li>• Constituir-se como sujeito partícipe da história.</li> <li>• Debater sobre as produções culturais</li> </ul>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aula expositiva e dialogada</li> <li>• Utilização de cartazes</li> <li>• Questionamento e reflexões</li> <li>• Utilização do quadro negro</li> </ul>
<b>ATIVIDADE PROPOSTA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de figuras identificando-as como bens materiais e não materiais.</li> <li>• Questionamentos e reflexões sobre produção cultural regional e local.</li> </ul>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AZEVEDO, Gislane Campos. SERIACOPI, Reinaldo. História em movimento: ensino médio. São Paulo: Ática, 2010.</li> <li>• COTRIM, Gilberto. História Geral- Brasil e Geral- Volume único. São Paulo. Saraiva, 2005.</li> <li>• FIGUEIRA, Divalte Garcia. &amp; VARGAS, João Tristan. Para entender a história, 6 ano. São Paulo: Saraiva. 2009</li> </ul>

**ANEXO**




---

### O Analfabeto Político de Bertolt Brecht

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política.

Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce à prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.

## Somos todos iguais

Pele negra, branca ou parda; olhos arredondados ou puxados. Cabelos lisos, crespos ou encaracolados. As variações físicas entre os seres humanos são imensas, porém a ciência já comprovou: apesar das diferenças observadas entre os indivíduos, a espécie humana é única. Isso significa que, ao contrário do que muitos afirmaram no passado, as pessoas não podem ser separadas em raças.

A comprovação definitiva desse fato aconteceu em 2003, quando cientistas do Projeto Genoma concluíram o sequenciamento genético de 94% do DNA humano. Ao analisarem os genes formadores de nossas características físicas, os cientistas observaram que as diferenças das sequências genéticas entre dois indivíduos não chega a 1%.

As variações encontradas – como a cor da pele ou dos olhos, por exemplo – são resultado do processo evolutivo do ser humano diante da necessidade de se adaptar às condições ambientais em que passou a viver.

Segundo os cientistas, o cabelo crespo dos negros, por exemplo, surgiu como uma forma de proteger o couro cabeludo das pessoas que viviam em regiões de climas quentes. Esse tipo

de cabelo forma uma camada de ar entre o couro cabeludo e o ambiente, protegendo a cabeça da grande incidência dos raios solares.

Ainda de acordo com os cientistas, um dos fatores pelos quais os europeus teriam a pele mais clara do que a dos africanos, por exemplo, se deve ao clima. Durante o processo de **seleção natural** verificado ao longo de milhares de anos, prevaleceu na Europa – região onde os dias costumam ser mais curtos e frios – indivíduos de pele mais clara, pois estes têm capacidade de melhor absorver a luz solar necessária à produção de vitamina D, responsável pela absorção de cálcio, essencial para o desenvolvimento de ossos e dentes.

Em estudo publicado em 2007, o antropólogo norte-americano Henry Harpending, baseado na análise do DNA de indivíduos de diferentes populações, afirma que “os europeus ficaram mais claros, mais louros e com olhos mais azuis há apenas cinco mil anos”.

Fontes: ESCOBAR, Herton. Evolução do *Homo sapiens* continua, cem vezes mais rápida. *O Estado de S. Paulo*, 11.12.07; <[http://www.ornl.gov/sci/techresources/Human\\_Genome/home.shtml](http://www.ornl.gov/sci/techresources/Human_Genome/home.shtml)>. Acesso em 4.7.08; *Superinteressante*, n. 50. nov. 2001. Disponível em <[http://super.abril.com.br/superarquivo/1991/conteudo\\_112801.shtml](http://super.abril.com.br/superarquivo/1991/conteudo_112801.shtml)>. Acesso em 1º.7.08.